

Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial

Principais Aspectos



SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

Anderson L. M. Cavalcante
Coordenador-Geral de Interesse Público
Substituto

Dilso Marvell Marques
Chefe de Divisão

Mariana Piccoli L. Cavalcanti
Coordenadora-Geral de Interesse Público

Maio/2020





SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

Agenda

1. Breve Retrospectiva

Como eram as avaliações de interesse público até janeiro de 2019

2. Guia Processual

Principais alterações processuais decorrentes da Portaria SECEX nº 13/2020

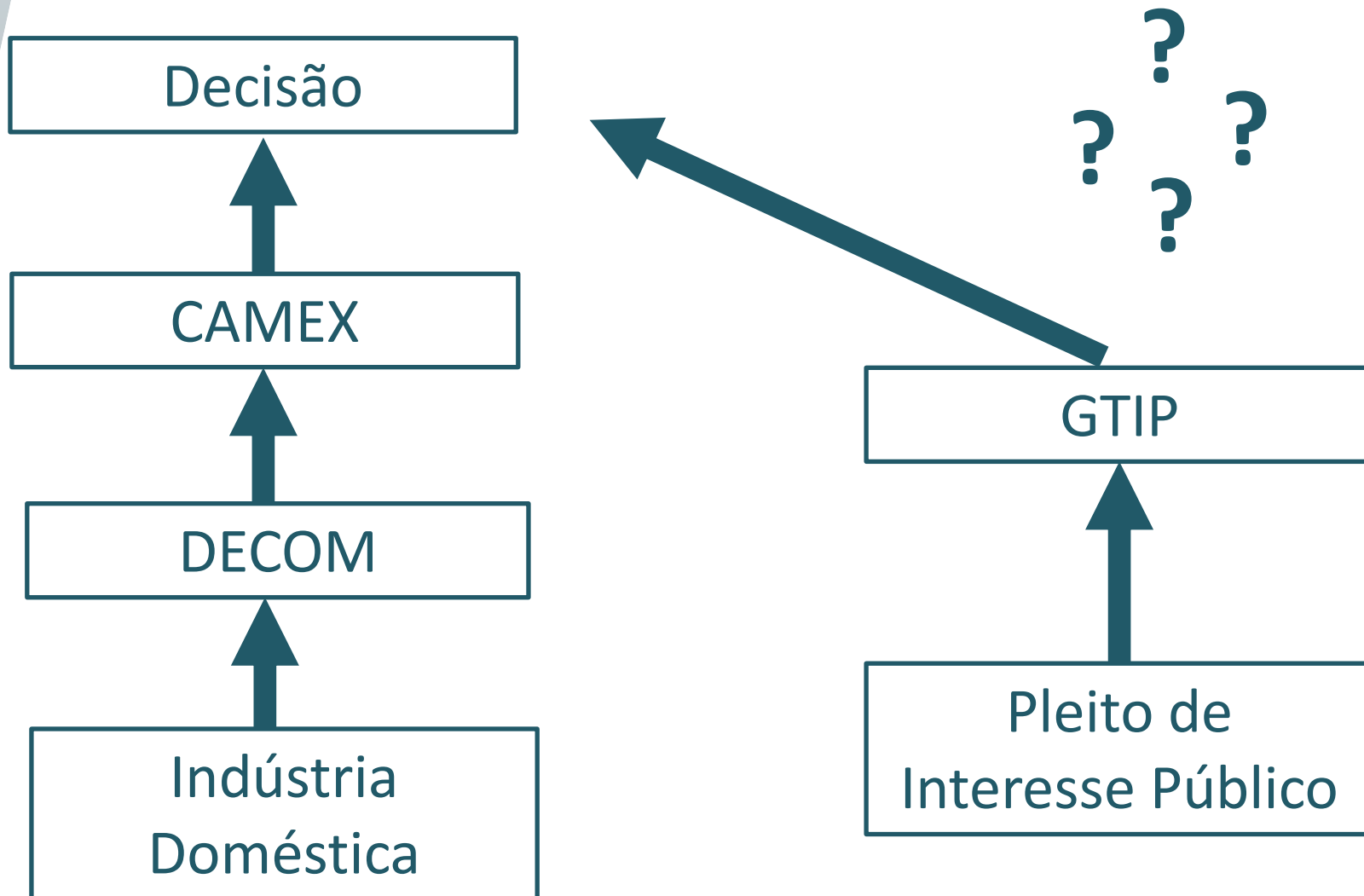
3. Guia Material

Reestruturação dos critérios para análise do interesse público

4. Resultados Alcançados

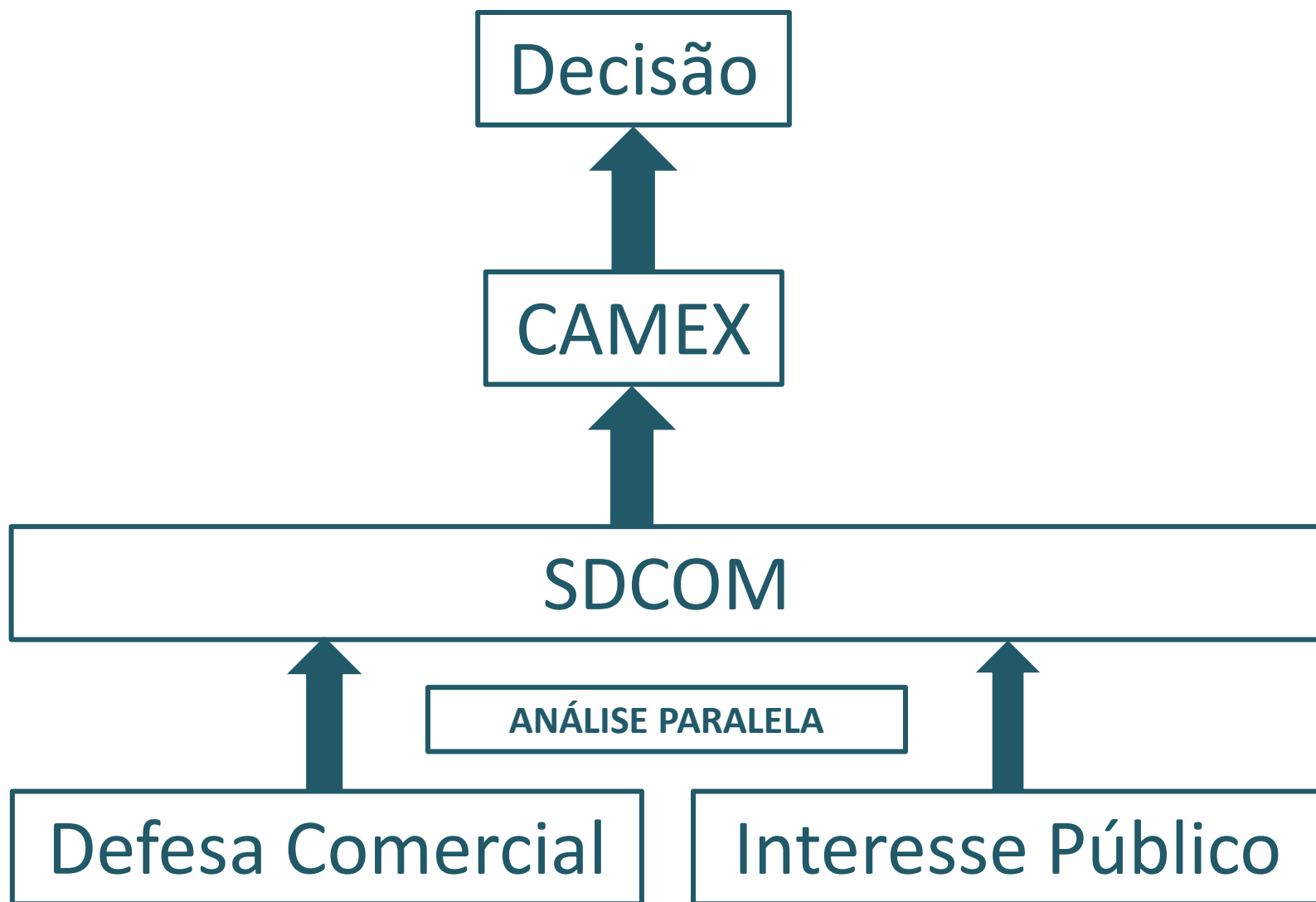
1. Breve retrospectiva

Antes de 30 de janeiro de 2019



1. Breve retrospectiva

Desde 30 de janeiro de 2019





SDCOM

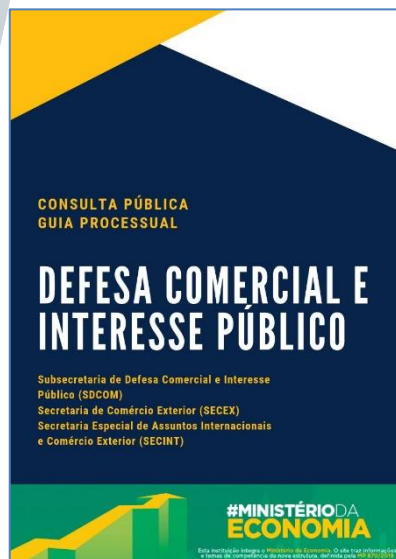
SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

1. Breve retrospectiva

- Janeiro/2019: Decreto nºs 9.679 (revogado em abril pelo Decreto nº 9.745/2019).
- Abril/2019: **Portaria SECEX nº 08 e Guia Material.**
- Abril/2019: Consulta Pública.
 - Contribuições de 20 entidades + Banco Mundial.
 - Associações: ABIMAQ, ABIPLAST, ABIQUIM, Instituto Aço Brasil, AEB, ANAFIMA, Eletros.
 - Escritórios e Consultorias: Alba Dantas Advogados, B&M Legal Defesa em Comércio Internacional, Sidera Consult, BMJ Consultores, GBI Consultoria.
 - Empresas: Braskem, Embraco, Whirlpool.
 - Outras entidades: CNI, Firjan, IBRAC, INMETRO, FGV, *China Council for the Promotion of International Trade*.
 - **Banco Mundial**, no escopo do projeto de **assessoria técnica concedida à SEAE**, com recursos do Fundo de Prosperidade do Reino Unido.
- Outubro/2019: Decreto nº 10.044.
- Janeiro/2020: **Portaria SECEX nº 13.**

1. Breve retrospectiva

Abril 2019



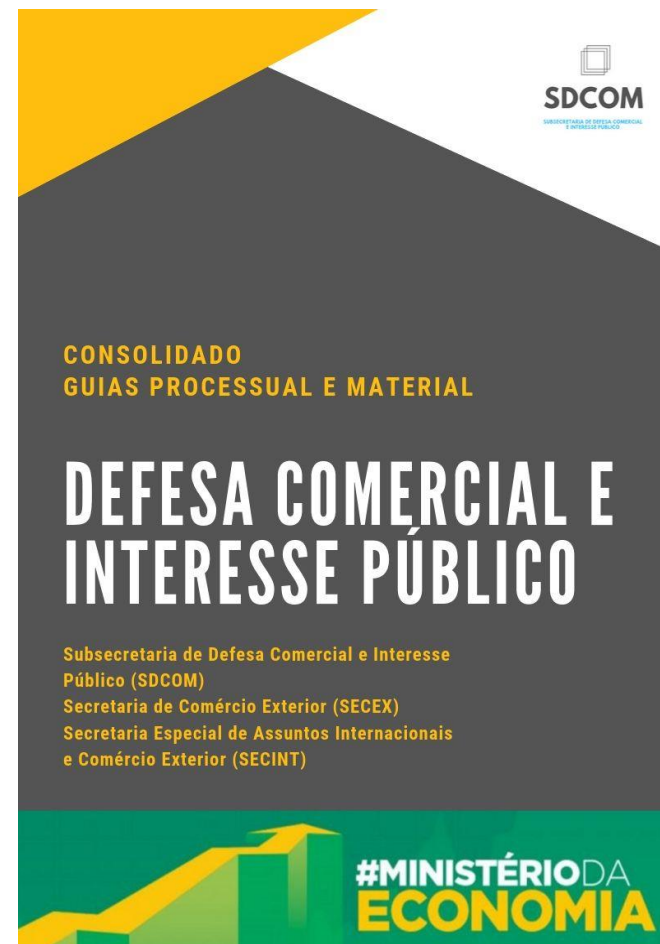
O QUE MUDOU?



SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

Janeiro 2020





2. Guia Processual: principais mudanças

(i) Previsão de **hipótese excepcional** de AIP durante a vigência da medida de defesa comercial

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Regra	AIP só é feita no âmbito de investigação original ou de revisão de final de período	AIP será conduzida no âmbito de investigação original ou de revisão de final de período
Hipótese de Exceção	-	Pode ser excepcionalmente aberta uma AIP se: I – Apresentação de QIP . II – Decurso do prazo de, no mínimo, 1 ano da aplicação ou da prorrogação do direito definitivo . III – Comprovação, mediante evidências, da ocorrência de fato superveniente excepcional .
	-	SDCOM pode abrir AIP excepcionalmente se: II – Decurso do prazo de, no mínimo, 1 ano da aplicação ou da prorrogação do direito definitivo . III – Comprovação, mediante evidências, da ocorrência de fato superveniente excepcional .
	-	Rito processual similar às AIPs conduzidas no âmbito de uma revisão de final de período.



2. Guia Processual: principais mudanças

(ii) Investigações originais de DC → AIP obrigatória e ir até o final.

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Investigação Original	AIP obrigatória	
	AIP pode se encerrar nas conclusões preliminares	A AIP vai até o final (análise de todos os critérios do GM)

(iii) Revisões de final de período → **AIP pode não ser aberta** ou se encerrar na análise preliminar.

(iv) **Critérios preponderantes para abertura de AIP ex officio.**

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Revisão de Final Período	AIP facultativa (mediante QIP ou <i>ex officio</i>)	
	AIP pode se encerrar nas conclusões preliminares	
	-	AIP pode se encerrar de plano quando: <ul style="list-style-type: none">- Ausência de QIP.- QIP sem elementos mínimos.
	-	Na decisão de abertura de AIP <i>ex officio</i> , serão preponderantemente considerados, dentre outros fatores, a temporalidade da medida de defesa comercial, a caracterização do produto como insumo e existência de AIP anterior



2. Guia Processual: principais mudanças

(v) **AIP não pode ser pleiteada por estrangeiro** que não tiver colaborado na investigação de defesa comercial → lógica de incentivos.

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Pleiteante	Qualquer um	Qualquer um, menos estrangeiros (produtores, exportadores, partes relacionadas e/ou por governos) que não colaboram com a investigação de defesa comercial.

(vi) **Interlocução com membros e convidados do GECEX.**

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Instrução	-	SDCOM informará aos membros e convidados do GECEX da AIP para que, caso queiram, manifestem previamente suas preocupações técnicas relacionadas a interesse público.

(vii) **AIPs em salvaguardas.**

	Portaria SECEX nº 8	Portaria SECEX nº 13
Instrução	-	As disposições da Portaria se aplicam, no que couber, aos procedimentos administrativos relativos à investigação de salvaguardas.



SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

3. Guia Material

Art. 2º. AIP tem por objetivo avaliar a existência de **elementos** que excepcionalmente justifiquem a suspensão/alteração de medidas de defesa comercial.

Art. 3º. Presente o interesse público quando o **impacto** da imposição da medida de defesa comercial sobre os agentes econômicos se mostrar potencialmente mais danoso que os efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.



Didaticamente: a imposição da medida de defesa comercial **impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno** (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a **prejudicar a dinâmica do mercado nacional** (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em **termos de preço, quantidade, qualidade e variedade**, entre outros?

**SDCOM**SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

3. Guia Material

	Guia Material 2019	Guia Consolidado 2020
Critérios Avaliação Preliminar	1. Natureza do Produto	1. Características do Produto, da Cadeia Produtiva e do Mercado
	1.1 Caracterização como insumo ou produto final 1.2 Essencialidade	1.1 Características do produto 1.2 Cadeia produtiva 1.3 Substitutibilidade 1.4 Concentração
	2. Cenário Internacional	2. Oferta Internacional
	2.1 Outras origens 2.2 Medidas de defesa comercial 2.3 II e outras barreiras não tarifárias 2.4 Preferências tarifárias 2.5 Temporalidade	2.1 Origens alternativas 2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias
	3. Concentração de mercado	3. Oferta Nacional
	3.1 Caracterização como monopólio/oligopólio 3.2 Substitutos	3.1 Consumo nacional aparente 3.2 Risco de desabastecimento em termos de quantidade 3.3 Risco de desabastecimento em termos de qualidade e variedade

Critérios não constituem lista exaustiva e nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de decidir sobre a existência ou não de elementos suficientes de IP.

**SDCOM**SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

3. Guia Material

	Guia Material 2019	Guia Consolidado 2020
Critérios Avaliação Final	4. Condições de Oferta	4. Impactos
	4.1 Consumo nacional aparente 4.2 Risco de desabastecimento	4.1 Impactos na ID 4.2 Impactos na cadeia à montante 4.3 Impactos na cadeia à jusante
	5. Condições de Demanda e Impactos sobre o Consumidor	
	5.1 Qualidade do produto 5.2 Tecnologia 5.3 Acs e práticas anticompetitivas	
	6. Condições de Custo e Preço e Impactos à Jusante	
	6.1 Representatividade do custo 6.2 Evolução do preço 6.3 Impactos na cadeia à jusante	
	7. Efeitos Esperados na ID e Impactos à Montante	
	7.1 Impactos na cadeia à montante 7.2 Impactos na ID	

Critérios não constituem lista exaustiva e nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de decidir sobre a existência ou não de elementos suficientes de IP.



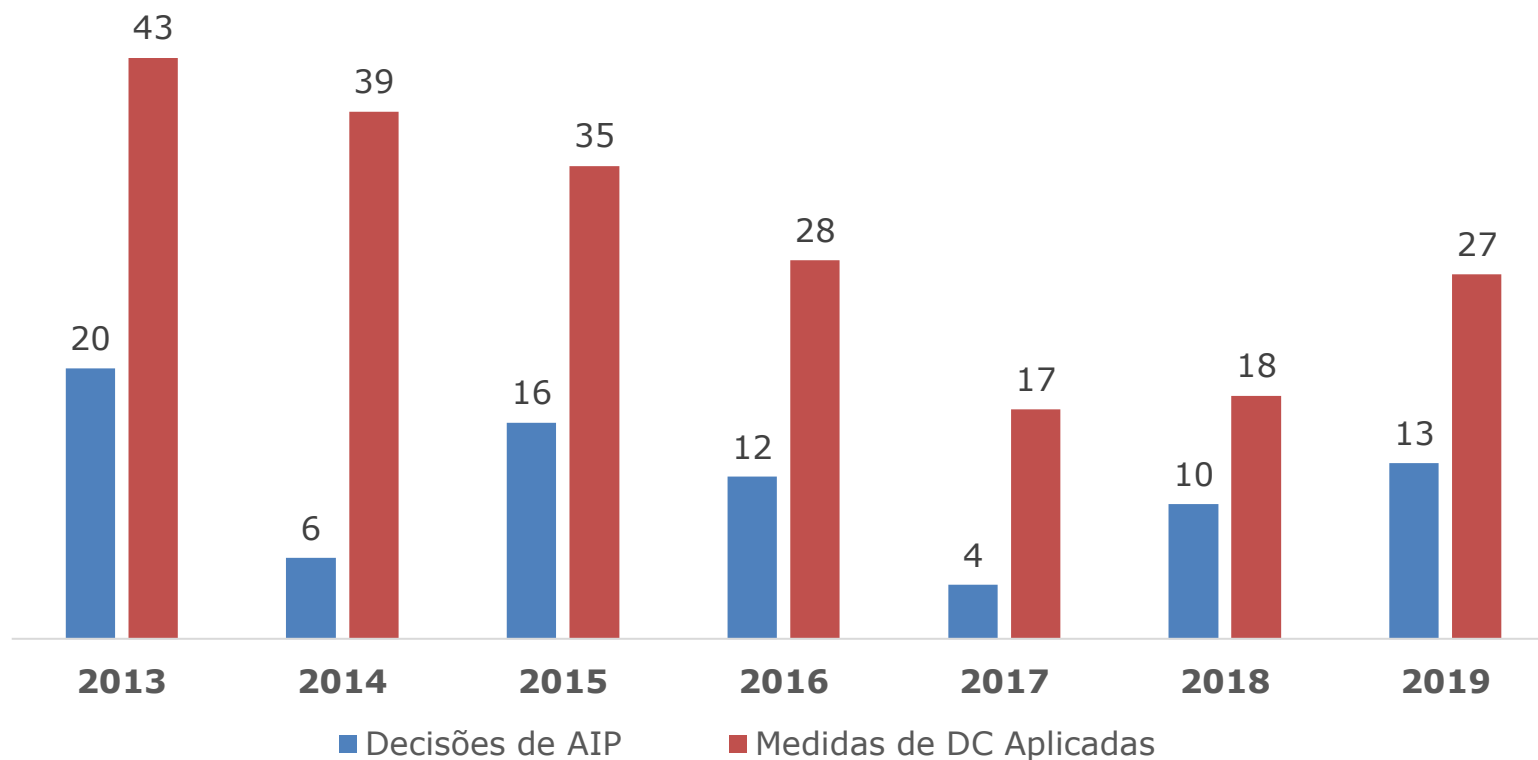
SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

4. Resultados

Medidas de Defesa Comercial x Avaliações de IP

Pico entre 2013 e 2016
40% das AIPs (54)
35% das MDCs (145)



4. Resultados

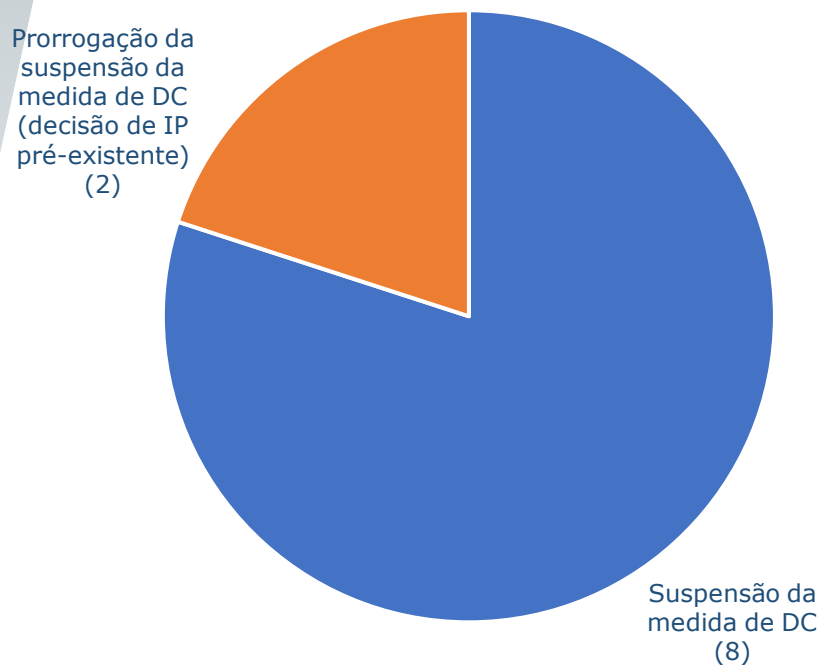


SDCOM

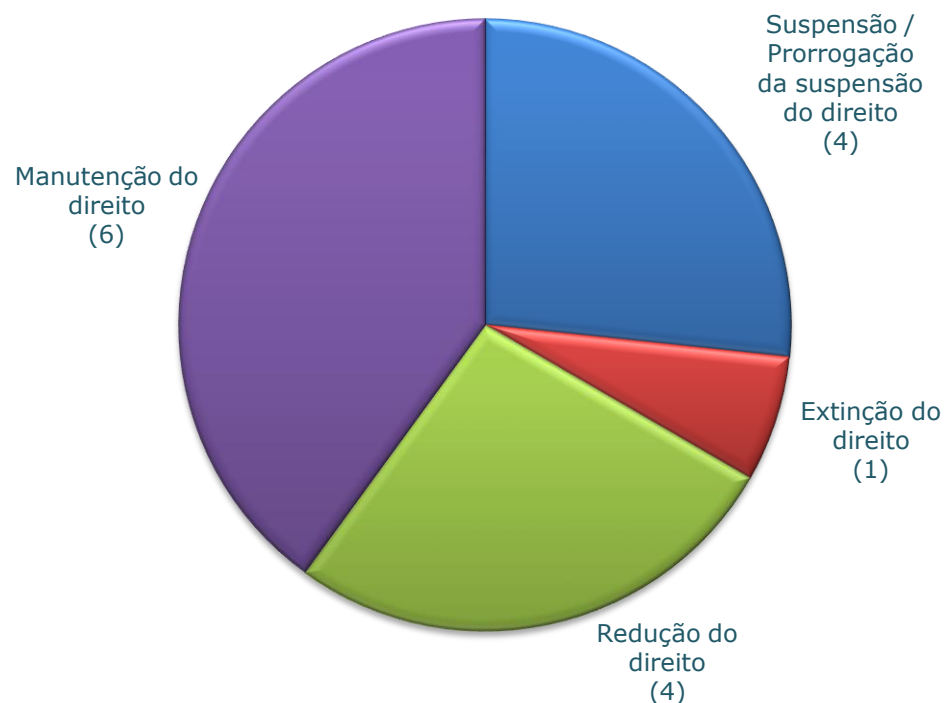
SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

Conclusões das Avaliações de IP em 2018 e 2019

2018
(binômio produto x país)



2019
(binômio produto x país)



Muito Obrigado!



SDCOM

SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO

Anderson L. M. Cavalcante

anderson.cavalcante@mdic.gov.br

Dilso Marvell Marques

dilso.marques@mdic.gov.br

Mariana Piccoli L. Cavalcanti

mariana.piccoli@mdic.gov.br



**#MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**

Esta instituição integra o Ministério da Economia. O site tem prioridade
e acesso de consultoria de dados estatísticos, disponível em 2023/2024